

CNDH divulga ao Judiciário relatório sobre Revisão Periódica Universal no contexto da pandemia

Na ocasião em que o Ministério da Saúde informou um total de 200.498 mortes em decorrência de covid-19, nesta quinta-feira (7), o Conselho Nacional de Direitos Humanos - CNDH divulgou para entidades do Judiciário o Relatório da sociedade civil sobre a Revisão Periódica Universal dos Direitos Humanos no Contexto da Covid-19.

Com o objetivo de denunciar agravamentos das violações de direitos humanos, bem como de registrar novas violações no contexto da pandemia de Covid-19, o documento detalha a avaliação de 190 das 246 recomendações recebidas e aceitas pelo Brasil no 3º ciclo da Revisão Periódica Universal (RPU) no Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas - ONU, em 2017. O relatório foi elaborado pelo Coletivo RPU Brasil, coalizão composta por 30 entidades da sociedade civil brasileira, várias delas integrantes do CNDH.

O relatório da RPU Brasil indica o grau de cumprimento das recomendações como "cumprida", "parcialmente cumprida" ou "não cumprida". Dentre as 190 recomendações, 47 foram consideradas em parcial cumprimento, uma cumprida e 142 não cumpridas. Destas, foi considerado que 64 estão em situação de retrocesso.

Ao sintetizar a situação, o Coletivo RPU Brasil observa que, no contexto de crise sanitária, econômica e política, junto com conflitos, ódio e desinformação, estão sendo suprimidas agendas plurais, resultando em retrocesso, tanto humano quanto institucional. "Seja pela diminuição da transparência, seja pelo esvaziamento dos canais de participação da sociedade civil no controle e no monitoramento de políticas e normas protetivas, é fato que a crise significou o desmonte de diversas conquistas de direitos humanos do país", aponta o Coletivo RPU Brasil.